Reino Unido é poupado de indenizar presos impedidos de votar

A insistência do Reino Unido em descumprir jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos, pelo menos, não vai pesar no bolso do contribuinte. O tribunal europeu julgou, de uma tacada só, mais de mil pedidos de indenização de encarcerados e decidiu que, embora impedir todos os presos de votar viole direitos fundamentais, o governo britânico não precisa indenizar ninguém. O julgamento, que foi anunciado nesta terça-feira (10/2), é definitivo.

Há quase 10 anos, <u>a corte europeia vem reafirmando que viola a Convenção Europeia de Direitos</u>

<u>Humanos impedir que qualquer pessoa que esteja presa participe das eleições</u>. Pela jurisprudência da corte, cada país precisa permitir que pelo menos uma parte dos encarcerados vote. Isso para preservar o direito da sociedade de ter eleições livres, com a participação da maior parte da população.

O Reino Unido vem resistindo mudar a sua lei. Em novembro de 2012, depois de um ultimato da corte europeia, o governo britânico formou uma comissão no Parlamento para analisar de que maneira adaptar a legislação aos julgados europeus. O problema é que boa parte dos cidadãos britânicos concorda que nenhuma pessoa que esteja atrás das grades deve votar, aí a resistência dos políticos em mexer na regra.

Pelo menos até maio, quando acontecem eleições parlamentares, nada deve mudar. Se o partido do atual primeiro-ministro, David Cameron, conseguir se manter no comando, a mudança já foi anunciada. E não se trata de permitir que presos votem, mas sim de reduzir a interferência da Corte Europeia de Direitos Humanos no Reino Unido. Pela proposta, os julgamentos do tribunal deixariam de ser vinculantes e se tornariam apenas uma orientação. O partido de Cameron ameaçou deixar a corte caso a proposta seja rejeitada.

Clique aqui para ler a decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos em inglês.

Date Created 10/02/2015